



GT 065. Trajetórias de acadêmicos indígenas, negros e quilombolas: impactos presentes e perspectivas de futuro

Ugo Maia Andrade (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Osmundo Santos de Araújo Pinho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - Coordenador/a, Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA) - Debatedor/a, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Programa Pós-Graduação Estudos Étnicos e Africanos; Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Debatedor/a

O acesso à universidade suscitou novas perspectivas para segmentos socialmente minoritários, a exemplo de indígenas e quilombolas, e mesmo negros (pretos e pardos) urbanos, cujos indivíduos ascenderam ao ensino superior como realizações pessoais e/ou estratégias coletivas. Todavia, se ainda persistem inúmeros obstáculos à sua permanência na academia, percursos acadêmicos de índios, negros e quilombolas têm sido construídos na contramão das adversidades. Pretende-se reunir, neste GT, comunicadores atentos aos efeitos dessas trajetórias sobre coletivos indígenas, negros e quilombolas, buscando-se responder a quatro questões básicas: [1] até que ponto o acesso à universidade pública tem auxiliado na consolidação/formação de uma autonomia e protagonismo indígena, negro e quilombola em um cenário de deterioração gradual de direitos? [2] Em que sentido a produção acadêmica e política desses atores sociais tem feito diferença em relação ao que, antes, já se produzia? [3] Quais os novos olhares e perspectivas trazidos por estes novos intelectuais indígenas/quilombolas/negros? [4] Que repercussões têm sido produzidas, nos coletivos de origem, pela ascensão de indígenas e quilombolas/negros ao ensino superior em níveis de graduação e pós-graduação?

Cultura Escolar Agrícola e Educação Escolar Indígena: vivências dos alunos Xakriabá no Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí - GO

Autoria: Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida

O fenômeno da educação escolar indígena inicia-se no Brasil já no período colonial com a intervenção dos padres jesuítas em territórios indígenas e continua até os dias atuais tendo o marco a promulgação da Constituição de 1988 como um divisor de águas na compreensão do sujeito denominado indígena com o fim da tutela institucionalizada por meios legais. Na história do contato a escolarização aparece como uma das camadas que faz mediação no que tange ao contato interétnico. A escola é uma instituição que possui um conjunto de normas, hábitos e vivências que permeiam o imaginário e o dia-a-dia daqueles que já a conhecem, nos levando a ideia de que a instituição escolar também pode possuir uma cultura própria. Cultura escolar é um conceito mobilizado pela área de estudo da educação como ferramenta de análise do conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas (VIÑAO FRAGO, 2000). A cultura escolar local gera uma linguagem própria, uma comunicação entre os sujeitos atuantes na escola: alunos, professores, servidores. Essa linguagem, se manejada da forma correta permite a entrada dos alunos no mundo do saber e do conhecimento, os distinguindo dos outros (BOURDIEU, 2007). Tudo isso é mediado pela cultura letrada (LAHIRE, 1997) o que pode vir a gerar uma barreira para aqueles que adentram este espaço escolar sem se apropriar desta técnica de manejo do mundo (LUCIANO, 2011). Buscando compreender os modos como a cultura escolar é construída/modificada ao longo do tempo e como a presença de alunos indígenas em uma instituição escolar que possui cursos que englobam o Ensino Médio, Técnico e Superior age sobre essa edificação, propõe-se aqui analisar o caso



particular de alunos indígenas da etnia Xakriabá que se deslocam de suas aldeias no município de São João das Missões (Norte de Minas Gerais) para estudar no Instituto Federal Goiano ? Campus Urutaí (localizado no sudeste goiano). Para tanto mobiliza-se a própria história da instituição escolar, que nos termos de Issa (2014) possui uma ?cultura escolar agrícola? devido a sua própria constituição e a ?cultura? dos alunos Xakriabá, um dos povos que primeiro aderiu a escolarização no estado de Minas Gerais. É nesse cenário que o work de etnografar a rotina de alunos, professores e servidores aparece como uma ferramenta que possibilita analisar as mudanças e permanências no que tange a cultura escolar local ao longo dos anos e nos possibilita compreender pelo menos em parte os avanços e desafios desse encontro.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

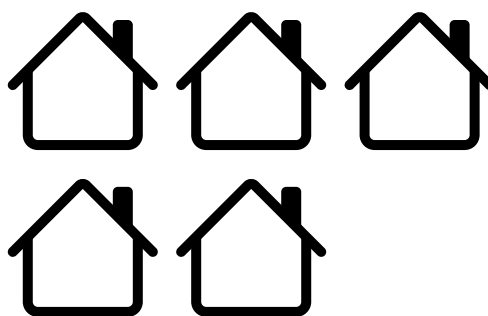
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

